

Declaração Conjunta dos Municípios da AIA

DIA NACIONAL DA ÁGUA 2012

Assinala-se hoje, 1 de Outubro de 2012, mais um Dia Nacional da Água. Tal como vem fazendo desde a sua criação, entende oportuno a Associação Intermunicipal de Água da Região de Setúbal (AIA), e os Municípios que a integram, realçar a data e a sua importância, no seguintes termos:

Há um ano, os Municípios que integram a AIA, na Declaração sobre este Dia Nacional da Água, apresentada à população e à comunicação social, no Seixal, assinalavam o facto de Portugal estar “perante uma profunda ameaça aos direitos sociais das populações, com a implementação de políticas” que conduziram “à desqualificação, desmantelamento e privatização de sectores produtivos estratégicos da economia nacional e dos serviços públicos prestados às populações”, bem como que essa política de privatizações prometia “consequências agravadas para os portugueses, com a aplicação das restantes políticas de austeridade (...), resultantes dos compromissos com FMI/CE/BCE”, em que se inseriam “o movimento de aumento generalizado dos preços e tarifas dos serviços públicos (...), a pressão para a redução de postos de trabalho na Administração Pública e a intenção (...) de facilitação dos despedimentos no sector privado”, prevendo que o conjunto destas medidas empobreceriam inevitavelmente os portugueses e destruiriam muitos postos de trabalhos.

Há um ano, denunciámos, o ataque ao Poder Local Democrático, aos seus autarcas, trabalhadores e populações que constituía o “Documento Verde da Reforma da Administração Local”.

Na altura, esta análise pode ter parecido, a algumas pessoas, de um excessivo pessimismo e desconfiança, perante a “bondade” com que estas propostas vinham travestidas. Hoje, constatamos, não só o seu acerto como também que nos encontramos perante uma situação ainda mais grave, na sequência das medidas de austeridade entretanto acrescentadas. Portugal e os portugueses foram conduzidos por um caminho de empobrecimento profundo, que a sociedade manifestou nos últimos dias, com grande determinação e amplitude, recusar.

As autarquias estão a ser sujeitas a uma pressão sem precedentes, redução de meios financeiros, impedimentos à contratação de pessoal, bloqueamento do seu funcionamento por via da chamada Lei dos Compromissos, bem como por via da legislação referente aos dirigentes municipais, ao sector empresarial local e de uma Lei das Finanças Locais por cumprir. Na região de Setúbal só

um esforço imenso por parte dos autarcas e dos trabalhadores tem evitado que os serviços prestados à população tenham sido até agora colocados em causa.

Ao arrepio do avanço social que constituiu o reconhecimento, pelas Nações Unidas, em julho de 2010, do acesso à água e ao saneamento como direito humano, as políticas governativas em curso e a matriz ideológica, de cariz neoliberal, que enforma a tão propalada “reestruturação do sector” procura impor o primado do “mercado da água”, aprofunda a concentração e pretende afastar o Poder Local da prestação deste serviço às populações. Promete a privatização sob a capa das concessões e exige o aumento das tarifas, demonstrando a sua insensibilidade social num momento em que o orçamento das famílias se encontra profundamente depauperado.

Em julho último, PSD e CDS fizeram aprovar na Assembleia da República, uma resolução que pretende ser o enquadramento programático da sua ação para o que designam de reestruturação do sector da água e saneamento em que, dissimulados num conjunto de pseudo-boas intenções, se procura camuflar os três eixos centrais da sua política para o sector da água: aumento brutal das tarifas, retirada das competências aos municípios e privatização dos serviços.

A acreditar na proposta vinda a público pela voz da administração da AdP de “harmonizar” a tarifa conjunta de água e saneamento em valores entre os 2,5 e os 3 euros, tal representaria um aumento do preço médio nacional superior a 75%. Acresce referir que, de acordo com os dados publicados pela ERSAR no mês passado, a fatura média em Portugal cresceu entre 2009 e 2011, cerca de 55% para os consumos básicos.

O caminho de afrontamento aos municípios é confirmado, nas entrelinhas da resolução e pelas múltiplas intervenções da ministra Assunção Cristas, na intenção de impor a concentração através da designada integração vertical e horizontal dos diferentes operadores, na esmagadora maioria ainda municipais, em quatro ou cinco grandes sistemas. Imposição essa, que se procura ocultar numa falsa e vaga declaração de intenções de promover a «flexibilidade e pluralidade das formas de gestão», sem respaldo na *praxis* governativa, que não só continua e aprofunda a chantagem sobre os municípios, através da imposição de inexequíveis planos de pagamentos à AdP – respeitantes a dívidas que em grande medida resultam de um modelo de investimentos imposto aos municípios, sobreavaliado e desfasado das reais possibilidades das finanças locais e da redução do financiamento dos municípios imposto por sucessivas políticas governativas – bem como pela colocação de entraves legais e total ausência de medidas de apoio ao Poder Local que pretenda reestruturar, num patamar intermunicipal, os serviços de atendimento à população.

A pressão sobre as competências dos municípios adensa-se através da famigerada proposta de reforma da Administração Local, onde paira a intenção de transferir para as “novas” entidades metropolitanas - cujo modelo continua por definir, com exceção da evidência de que o legítimo e democrático direito de poder decisório dos municípios, em nome das populações que os elegeram será praticamente anulado – um vasto conjunto de competências municipais entre elas a prestação dos serviços públicos de água e saneamento.

O objetivo é, sem dúvida, a retirada das competências e dos sistemas das mãos dos municípios para, a qualquer preço constituírem os grandes sistemas, acederem diretamente à receita gerada, promoverem a organização à forma mais adequada aos interesses privados, com vista à sua futura privatização, sob o eufemismo de concessões.

Em Portugal a luta pela defesa da gestão pública da água, tem registado uma mobilização crescente nomeadamente através da Campanha “Água é de Todos”, que os municípios da AIA apoiam e a Associação integra, e que já recolheu mais de 25.000 subscrições de cidadãos, com vista à apresentação na Assembleia da República de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, com o objetivo de defender o direito de todos ao acesso à água e ao saneamento, a propriedade e gestão pública da água e dos sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento e impedir a sua privatização.

Na Península de Setúbal, os municípios reunidos na AIA, reafirmam que o caminho da concentração e privatização da água não é uma inevitabilidade, a gestão pública local dos sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento, sob o controlo democrático próximo dos cidadãos, não só é possível, como é a forma que melhor garante os interesses das populações.

A AIA prossegue o desenvolvimento do Estudo de Conceção Geral do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em Alta, cuja primeira fase, correspondente à avaliação dos usos e das disponibilidades hídricas, se encontra em momento final de validação, tendo já sido iniciada a segunda etapa correspondente ao levantamento e avaliação das infraestruturas existentes, à qual se seguirá a conceção da solução de engenharia do sistema. Do avanço dos trabalhos continuaremos a dar conhecimento à população, nomeadamente através do Observatório da Água da Região de Setúbal, ao qual, em breve, serão apresentadas publicamente as conclusões relativas ao “Balanço Hidrológico da Península de Setúbal”.

Neste contexto os nossos municípios reiteram o seu compromisso com as populações de exercer e defender as competências municipais em matéria de água e saneamento, numa perspetiva de acessibilidade para todos, qualidade de serviço, justiça social e respeito pela natureza e pelos interesses das

gerações vindouras. O compromisso de desenvolver a cooperação regional e uma solução de base intermunicipal para a gestão pública e de proximidade da água, que permita uma administração deste bem da natureza crescentemente eficaz, eficiente e economicamente acessível.

Assim, neste momento e contexto político os Municípios da Península de Setúbal reunidos na AIA, entendem indispensável expressar ao País e às suas populações o seguinte:

- **A sua total oposição ao ataque à autonomia e aos orçamentos municipais e à capacidade operativa dos municípios;**
- **A sua total oposição à retirada de competências aos municípios, nomeadamente em matéria de água e saneamento e à sua alienação em qualquer entidade sem representatividade democrática, bem como a qualquer tipo de processos integradores impostos, de cima para baixo, ao arrepio dos interesses das populações;**
- **A sua determinação em defender o direito de acesso à água para todas as pessoas, dando continuidade a um serviço de abastecimento de água às suas comunidades de elevada qualidade, com controlo e gestão pública local, inserindo-se neste objetivo a constituição do *Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em “Alta” à Península de Setúbal*, cujo estudo de conceção se encontra em desenvolvimento;**
- **A sua solidariedade e apoio à mobilização da sociedade portuguesa em defesa do Poder Local Democrático, exortando as suas populações, e os portugueses em geral, a juntarem-se a este cada vez mais amplo movimento de defesa da democracia, dos direitos sociais e dos valores de Abril.**
- **O empobrecimento da democracia e das pessoas não é uma inevitabilidade, a união das populações e do Poder Local Democrático é capaz de contribuir para a construção de um Portugal mais desenvolvido e justo. Este é um caminho possível e necessário.**

Barreiro, 1 de Outubro de 2012

Os Municípios da AIA